

TÍTULO:

Experiências da Economia Solidária na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS CEFET/ RJ: Estudo de caso sobre a institucionalização e o ingresso de EESs

AUTORES:

Vinicius Mattos Von Doellinger - Mestrando em Engenharia de Produção-CEFET/RJ –
e-mail: vinicius.doellinger@cefet-rj.br

Christiane de Cima Aires - Mestranda em Engenharia Ambiental - UERJ
email: aires.christianecima@gmail.com

Ellen Guimarães Duarte Dias - Mestre em Engenharia de Produção - COPPE/UFRJ -
e-mail: ellen.dias.rj@gmail.com

Larissa Osório da Silva- Graduanda em Engenharia Mecânica - CEFET/RJ -
e-mail: larissaosorio.los@gmail.com

Regina Fatima Teixeira Silva - Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente - UNIPLI
e-mail: regina.fatima@yahoo.com.br

Carolina Cerveira Pacheco – Graduanda em Nutrição - UERJ
e-mail: carolinacp.contato@gmail.com currículo lattes:

ÁREA TEMÁTICA:

GT-D. Experiências da Economia Social e Solidária

Resumo:

Este estudo de caso tem o objetivo de relatar o processo de institucionalização da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - ITESS-CEFET/RJ, apresentando etapas e trâmites de estabelecimento de uma coordenadoria, e de ingresso dos empreendimentos de economia solidária - EES, que ocorre por Edital Público, a partir de critérios definidos para classificá-los nos sistemas de pré-incubação e incubação e, ainda analisar e refletir sobre as atividades desenvolvidas em cada empreendimento solidário apoiado. São eles: a Associação de Agricultores Orgânicos do Rio de Prata - AGROPRATA, a Associação da COLÔNIA Z-13, pescadores de pesca artesanal, as criações da produtora colaborativa VISUAL UP - composta de jovens egressos do Curso de Extensão TECNOJOVEM e da Cooperativa Artistas da Floresta – CAF, um grupo social de comunidade do Alto da Boa Vista da Tijuca. Para isso, é necessário expor o contexto, algumas premissas e diretrizes que nortearam a recriação da ITCP do CEFET/RJ denominada ITESS, com o

apoio do Edital PRONINC 2013 - Chamada Pública MCTI/Secis/MTE/Senaes/CNPq n. 089/2013, sem a pretensão de aprofundar-se, nem esgotar a temática, dada a natureza da ECOSOL. Observando as atividades desenvolvidas no período 2014/2016, apontamos para tentar ampliar nossa capacidade de atendimento à demanda existente no Rio de Janeiro, pois participamos, ainda que de forma não oficial, dos Fóruns Municipal e Estadual da ECOSOL e vemos nitidamente que esforços são necessários para aumentar o apoio a esses empreendimentos no âmbito local e regional.

Palavras chaves: ITCPs universitárias, institucionalização, Economia Solidária, desenvolvimento sustentável.

Abstract:

The objective of this case study is to report the institutionalization process of the Technological Incubator of Sustainable Solidarity Projects from the Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - ITESS-CEFET/RJ , presenting the steps and procedures for the establishment of a coordination, and entry of the solidarity economy entrepreneurship - EES, which occurs by Public Notice, based on defined criteria in order to classify them in the systems of pre-incubation and incubation, also analyze and reflect about the activities developed in each supported solidarity economy entrepreneurship wich are : the Association of Organic Farmers of Rio da Prata - AGROPRATA, the Association of COLONIA Z-13,small scale fishermen, the creation of the collaborative producer VISUAL UP - composed of young graduates from the Extension Course TECNOJOVEM and Cooperativa Artistas da Floresta - CAF, a social community group from Alto da Boa Vista da Tijuca. In order to do so, it is necessary to explain the context, some propositions and guidelines that lead to the re-creation of the ITCP of CEFET / RJ called ITESS, with the support of Public Notice MCTI / Secis / MTE / Senaes / CNPq n. 089/2013, without the pretension of deepening, nor exhausting the theme, given the nature of ECOSOL. Observing the activities developed in the period 2014/2016, we aim to expand our capacity to meet the existing demand in Rio de Janeiro, since we participate, thought unofficially, in the Municipal and State Forums of ECOSOL and we see clearly what efforts are necessary to increase support for these ventures at local and regional level.

Keywords: University ITCPs, Institutionalization, Solidary Economy, sustainable development.

Introdução

Em meio à crise econômica dos anos 80, período de inflação elevada e que teve por consequência o aumento da desigualdade, as relações de trabalho experimentam outras formas de organização e produção. É nesse cenário de recessão e sem grandes perspectivas de melhoria, que a economia solidária - ECOSOL se estabelece no Brasil como alternativa ao desemprego em massa e, naturalmente, como alternativa aos modos de vida e produção capitalistas.

Na década seguinte, devido à abertura do mercado interno às importações, a crise se acentua e, com isso, a economia solidária ganha força. Trabalhadores e trabalhadoras se organizam e assumem coletivamente empreendimentos que haviam falido, e passam a praticar uma gestão horizontal e cooperativa. No início desta mesma década, surgem a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão - ANTEAG, e, dentro de universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs, ambas com intuito de assessorar e desenvolver essas iniciativas autogestionárias.

Anos depois, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego MTE, como uma maneira de apoiar os Empreendimentos da Economia Solidária - EES, enquanto executor das políticas públicas instituídas. A SENAES iniciou uma série de iniciativas, visando fortalecer a ECOSOL no país, como, por exemplo: o mapeamento participativo da economia solidária no Brasil – do qual surgiu o Atlas de Economia Solidária no Brasil a retomada do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC; o apoio a processos de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão e a criação do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS (NUNES, 2009).

É possível refletir sobre perspectivas importantes de futuro para o cenário da ECOSOL a partir de análise do momento atual do país, e levando em consideração experiências passadas, principalmente acerca das três últimas décadas do Século XX, e ainda a primeira década do Século XXI.

Em resumo, ao se avaliar os atuais cenários de desemprego, crise estrutural do capital e instabilidade política crescentes, que, em alguma escala, podem ser comparados aos que foram vividos no final do último século, pode-se dizer que este é um momento promissor para o surgimento de novos empreendimentos autogestionários como alternativas de produção. Sendo assim, faz-se cada vez mais necessária a presença e a atuação de entidades e instituições em apoio, sejam governamentais ou não, bem como, o fortalecimento de uma rede entre elas. Até hoje o movimento de ECOSOL resiste e reafirma-se como um modelo alternativo e possível de desenvolvimento, produção e trabalho.

ECOSOL: algumas reflexões conceituais

Exposto um breve contexto histórico e feita a pequena reflexão sobre o cenário atual da ECOSOL,

serão abordadas considerações conceituais, vista a importância desta discussão para o desenvolvimento e consolidação de práticas dentro do movimento. No entanto, não há aqui a pretensão de aprofundar-se, tampouco de esgotar a temática, como forma de evitar que o conteúdo torne-se maçante, uma vez que o presente artigo faz parte de uma coletânea maior a respeito do assunto.

Pode-se compreender o conceito de ECOSOL como produto de experiências práticas, ou seja, “é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, p. 13, 2000). Nesse sentido, por estar permanentemente em mudança, sua definição não é limitada e categórica, expressando-se mais concretamente na maneira de se organizar o trabalho, e tendo como princípios a posse coletiva dos meios de produção, a igualdade e a autogestão (SINGER, 2008). Percebe-se, ao fazer uma rápida análise dos três pilares propostos, que todos podem ser resumidos ao terceiro. Ou seja, a propriedade comum dos meios para produzir é uma consequência do princípio de igualdade, e este, por sua vez, está diretamente atrelado à gestão cooperativa, descentralizada e horizontal. Em outras palavras, seguindo um caminho análogo ao de Cançado (2009), a base da economia solidária é a autogestão.

Por um olhar mais amplo, o conceito pode ser entendido como um outro modo de vida, em que as relações são mais humanitárias e o bem-viver tem mais valor que a produtividade. É Arruda (2003) quem propõe o uso do termo socioeconomia solidária, entendendo que o social deva estar à frente do econômico, e a humanidade à frente do acúmulo. O autor também defende que, nessa nova forma de produzir, deve cumprir-se a supremacia do trabalho sobre o capital, resgatando-o do sentimento de escravidão (ARRUDA, 2003). Dentro desta perspectiva, foi sugerida uma visão enquanto uma economia a partir do coração e definida como “aquela que segue o caminho da cooperatividade em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual” (QUINTELA; ARRUDA, p. 317, 2000), uma economia baseada em amor e que percebe no coletivo, na comunidade e na irmandade, seu próprio sentido.

“O amor nasce do entendimento de que não podemos ser plenamente nós próprios sem o Outro. Amar pressupõe, portanto, plena aceitação e aprendizado. Exige de nós acolhimento e cuidado com o Outro como autêntico Outro, e não como projeção dos meus desejos e caprichos. Um cuidado que não se limita ao Outro humano, mas abrange a Terra e o Cosmos. Sem a práxis amorosa, toda ideologia, toda filosofia e toda retórica são vãs.” (ARRUDA, p. 1, 2010)

Para Verano Paez_(PAEZ *apud* ARRUDA, p. 339, 2006), esta é “a única forma de eliminar as causas reais da luta de classes e de todas as formas de violência que deprimem nossas nações”.

As ITCPs e a participação da universidade para o fortalecimento da ECOSOL

O início das ITCPs se dá a partir do Movimento da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, entre 1992 e 1994, introduzindo as universidades na grande movimentação social que tal ação desencadeou (Peres, 2002). Nesse processo, surgiram projetos que culminaram com a constituição da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP, na Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, seguida de várias outras iniciativas com o mesmo caráter em outras universidades brasileiras (SINGER, 2003 *apud* COSTA, 2015).

O ano de 2003 foi um marco nessa história pois foi o ano de criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essas duas experiências, que envolveram tanto as organizações da sociedade civil como o poder público, são responsáveis, em grande medida, pelas características deste movimento no país (COSTA, 2009). Além da mobilização nacional, na mesma época, vários estados da federação desenvolveram ações de promoção da economia solidária através de políticas públicas, como o Rio Grande do Sul, ou através da organização da sociedade civil, como o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Minas Gerais, com cerca de 20 milhões de habitantes e 853 municípios, também pode ser destacado neste cenário, as primeiras reflexões sobre o tema tiveram início em meados de 1990 por meio de fóruns temáticos nos quais participavam diferentes organizações, como entidades sindicais, religiosas e de orientação feminista. O estado mineiro foi o primeiro a ter uma legislação específica para o fomento à economia solidária, contando atualmente com Conselho Estadual sobre essa temática (COSTA, 2015).

As ITCPs Universitárias são multidisciplinares e integram professores, alunos e funcionários das mais diversas áreas. Elas atendem a grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo, economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. O público atendido é constituído, na maioria das vezes, por trabalhadores desempregados ou pessoas em situação de trabalho precário (GALLO *et al*, 2005).

Atualmente, diversas universidades brasileiras estão desenvolvendo atividades por intermédio das ITCPs, auxiliando na montagem de cooperativas e associações. O papel das incubadoras

universitárias é incentivar a participação de professores e estudantes das mais diversas áreas, atuando de forma interdisciplinar, para atender às demandas dos grupos incubados, o que exige muita pesquisa, capacidade de atuação em equipe, qualificação dos cursos universitários, assim como a elaboração de programas de extensão adequados.

Dentre os grupos atendidos pelas ITCPs universitárias podemos destacar as cooperativas populares, associações de agricultores e empresas recuperadas. Os grupos podem estar nas mais diversas etapas de organização, como cooperativas já organizadas, empreendimentos que ainda não tem sua identidade definida entre outros. Uma vez que a parceria entre o empreendimento de economia solidária e a ITCP universitária esteja assinado, cabe à incubadora definir se o projeto entrará na fase de pré-incubação ou incubação.

A proposta da incubadora, enquanto ação universitária, deve assumir uma dimensão ética, política e cultural, apresentando-se como uma proposta concreta de inclusão social por meio do incentivo das ideias originais da comunidade local na qual se insere. Não pode, portanto, ser compreendida como uma imposição do saber universitário, mas “uma possibilidade de valorizar o potencial que existe nas comunidades e de criar alternativas coletivas na construção de empreendimentos sociais que viabilizem a inserção no mercado” (GUIMARÃES, MACIEL, EIDELWEIN, 2007, apud GIRELLI).

A ITESS – CEFET/RJ: O Processo de Institucionalização e a Metodologia de Ingresso

A formação de IEESs vem se constituindo como um espaço importante para se pensar no papel social das instituições de educação superior, sobretudo as públicas. Dessa forma, será apresentado um relato do processo de institucionalização de uma incubadora e como se dá o ingresso de empreendimentos solidários numa instituição federal de educação técnica e tecnológica, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.

Com a obtenção de recursos do Edital PRONINC 2005 - FINEP, as primeiras atividades da ITCP-CEFET/RJ foram viabilizadas no período de outubro de 2006 a setembro de 2008, porém, após o período de financiamento do PRONINC 2005 suas atividades são encerradas, em virtude da desmobilização tanto dos grupos incubados, quanto da equipe do projeto, pois sem o apoio financeiro necessário e sem bolsistas não houve um grande comprometimento nas atividades a serem desenvolvidas.

Em 2013, a partir de um novo edital de apoio - PRONINC/2013 se elaborou um projeto

solicitando recursos para a reestruturação do Programa ITCP - CEFET/RJ e implantação da ITESS-CEFET/RJ - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis, na Unidade sede do CEFET/RJ, localizada no bairro do Maracanã, e na Unidade Maria da Graça ambos no município do Rio de Janeiro, como núcleos de expansão da ação extensionista de articulação e transferência/intercâmbio de conhecimento para a promoção de empreendimentos, que possibilitem a geração de emprego e renda, no âmbito da economia solidária. A equipe e a coordenação do Projeto discutem e propõem como meta prioritária a elaboração de um regulamento interno, que estabelece a estrutura e o funcionamento da ITESS, sendo o mesmo aprovado no Conselho de Extensão - CONEX, em outubro de 2014, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, em novembro de 2014, e no Conselho Diretor - CODIR, em março de 2015, cumprindo todas as etapas de discussão para anuência e aprovação dos conselhos acadêmicos.

No decorrer deste processo de institucionalização, a ITESS passa a se constituir, em junho de 2015, como uma Coordenadoria da Diretoria de Extensão – DIREX, com diretrizes norteadoras do seu funcionamento, toda essa trajetória de tramitação administrativa e acadêmica, possibilitou apresentar o PRONINC aos Conselheiros, as premissas e conceitos da ECOSOL, ampliando o surgimento e criando novas possibilidades de desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão no CEFET/RJ, vinculadas à ECOSOL.

A ITESS, em seu Regulamento, tem como missão: mobilizar, articular e acompanhar grupos populares a partir dos princípios da ECOSOL, com vistas à geração de trabalho e renda e à inclusão social, ressaltando os valores da democracia, da participação e da cidadania, que proporcionam o surgimento de relações de trabalho pautadas pela autogestão e pela posse coletiva dos meios de produção. Essa missão está articulada às ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a indissociabilidade entre estas três dimensões, contribuindo para o cumprimento da função social do CEFET/RJ através da articulação entre os saberes acadêmicos e populares.

O funcionamento da ITESS passa a ser viabilizado pelo CEFET/RJ, através do Programa de Incubadoras – PROIN da DIREX, e, também, de parcerias com outros órgãos de fomento ou com outras instituições, baseado em projetos e ações específicas.

Dentre os objetivos estabelecidos no Regulamento da ITESS podemos destacar, abaixo os que apresentam nossas diretrizes. São eles:

- coordenar ações que possibilitem a participação e inclusão do CEFET/RJ no processo de

- desenvolvimento da ECOSOL, orientando os grupos populares desde a formação do empreendimento, até que sua autosustentabilidade seja alcançada de acordo com a avaliação pertinente;
- possibilitar condições para concretização da função social da instituição, compreendida como ação extensionista, voltada às demandas da sociedade, prioritariamente de grupos sociais excluídos, promovendo a interação entre a comunidade acadêmica, os movimentos sociais e as instituições públicas e privadas de apoio à economia solidária;
 - fortalecer o associativismo e o cooperativismo popular como meio para geração de trabalho e renda, organização de comunidades e grupos socialmente excluídos na construção da cidadania;
 - articular atividades de pesquisa, ensino e extensão difundindo o conhecimento sobre a economia solidária;
 - possibilitar a integração instituição/sociedade, que será articulada com a participação de servidores docentes e técnico-administrativos e discentes do CEFET/RJ ou de parceiros institucionais, de forma multi e interdisciplinar, assim como manter intercâmbio com as demais instituições de ensino e Incubadoras que têm projetos relacionados à economia solidária;
 - realizar a integração da produção tecnológica e de gestão/gerenciamento da ITESS adequadas às necessidades da população e dos empreendimentos econômicos solidários;
 - fornecer a capacitação técnica para a implantação da autogestão dos grupos, promovendo o desenvolvimento dos saberes e das práticas da economia solidária.
 - apoiar e fortalecer a criação de redes de cooperação entre os empreendimentos solidários, fóruns, movimentos sociais e instituições de apoio à economia solidária.

Para que a ITESS alcance estes objetivos, foi criada uma estrutura organizacional que conta com um Coordenador Geral da Incubadora, Coordenadores dos Núcleos nas Unidades, servidores docentes e técnicos administrativos e alunos, graduandos ou de nível técnico, que podem ser voluntários, bolsistas ou estagiários compondo a equipe técnica de apoio e funcionamento, chamada Corpo de Membros.

A ITESS tem conseguido a fixação de bolsistas dos programas de extensão institucional, para também participarem de projetos específicos e comissões especiais, no intuito de desenvolver as atividades inerentes aos processos de incubação, formação, seleção, capacitação relativos aos empreendimentos ou à ECOSOL, aquisições, comunicação social, infraestrutura de operação, e participação em Fóruns de Economia Solidária e grupos de estudos e pesquisas.

Conta ainda com um CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO – CTC , que é o órgão coletivo responsável pelo parecer final sobre os processos de seleção, avaliação, classificação e aprovação de empreendimentos para ingresso na incubadora. O CTC da ITESS tem sua composição constituída de forma paritária, com representação externa de especialistas da área da ECOSOL e com membros internos, indicados pela comunidade acadêmica, e está previsto em documento anexo ao Regulamento, sendo parte integrante do Edital de Seleção de empreendimentos.

O ingresso na ITESS – CEFET/RJ ocorre por um processo de Edital Público para Seleção de Empreendimentos de Economia Solidária, em que os empreendimentos devem preencher um

formulário de inscrição no período definido e apresentar proposta de Projeto de Empreendimento Solidário – PES, que deverá ser aprovada e classificada pelo CTC, conforme as normas do Edital divulgado.

Em 2014 houve o primeiro edital de ingresso, com a apresentação de objetivos, vagas, prazos, condições de participação, documentação necessária, as regras do processo de seleção de projetos, e quais os mecanismos de apoio. Todas essas normas de seleção estão em conformidade com o Regulamento da ITESS. Vamos então destacar alguns itens deste Edital.

O Edital tem como objeto: selecionar projetos inovadores no âmbito da ECOSOL aptos a ingressarem nos Sistemas de Pré-incubação e de Incubação oferecidos pelo Programa de Extensão da ITESS-CEFET/RJ, visando dar apoio ao desenvolvimento desses projetos apresentados pelos empreendimentos de grupos sociais.

Neste Edital DIREX/ITESS – 2014 foram oferecidas 4 (quatro) vagas para projetos de pré-incubação ou de incubação, cujas condições básicas de participação do processo de seleção foram:

- que o projeto tenha como propósito o desenvolvimento ou geração de produtos, processos, ou serviços no âmbito da economia solidária;
- que sejam produtos, processos ou serviços, inéditos ou não, na sua concepção, fabricação ou aperfeiçoamento, e que se desenvolvam sob as premissas de empreendimentos solidários;
- que a equipe executora demonstre capacidade de mobilização, disponibilidade de tempo de dedicação, comprometimento com o desenvolvimento social-comunitário e compromisso com o projeto proposto;
- que tenham Idoneidade pública e cadastral dos candidatos nos sistemas de proteção ao crédito;
- que o projeto não esteja em outro programa de incubação ou já tenha participado de outro programa semelhante. (EDITAL DIREX/ITESS, 2014).

Visando ainda legitimar a sustentabilidade inserida no nome da ITESS, para incentivar propostas que tenham ligação com o conceito disseminado no âmbito ambiental, o Edital previu que os projetos que se enquadram em algumas áreas específicas tenham um acréscimo de um bônus, acréscimo de 20% na pontuação obtida na avaliação do CTC, em função das seguintes condições:

- os que apresentem aspectos de sustentabilidade ambiental em seu desenvolvimento ou que promovam implantação e disseminação do conceito de Eco-inovação, que apresenta 5 eixos principais de iniciativas para redução de impactos ambientais, a saber: o uso, reuso de materiais recicláveis e processos de reciclagem; produtos para construções sustentáveis; produtos de baixo custo para o setor de alimentos e bebidas; eficiência do uso dos recursos hídricos tanto em tratamento como em distribuição e

- “negócios verdes”, de baixo impacto;
- os que utilizem ou desenvolvam processos e ações relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com preferência para padrões livres e abertos, tais como softwares livres. (EDITAL DIREX/ITESS, 2014).

O processo de seleção se dá em duas etapas. A 1ª etapa é eliminatória e consiste na análise realizada por uma comissão de avaliação - *Ad Hoc*, constituída pela Diretoria de Extensão do CEFET/RJ, em comum acordo com a Coordenação da ITESS, que analisa a documentação escrita dos Projetos e sua conformidade com o Edital, emitindo pareceres preliminares quanto a estar apto ou não à 2ª Etapa do processo de seleção através da Defesa Oral do Projeto para o CTC.

No Edital ITESS 2014 foram inscritos 5 (cinco) projetos, sendo um não aprovado na 1ª etapa, em função de não definir formalmente quem era o grupo social a ser desenvolvido, e um outro que não participou da 2ª etapa do processo de seleção, o que o desclassificou do processo de ingresso. Foram selecionados três projetos que ingressaram na ITESS – CEFET/RJ em junho de 2015, sendo dois em fase de incubação: AGROPRATA e COLÔNIA Z-13; e um em fase de pré-incubação: uma produtora colaborativa de jovens, VISUAL UP.

Como estava previsto para o PRONINC o ingresso de 4 (quatro) empreendimentos, foi lançado um novo Edital - uma 2ª Chamada, com os mesmos critérios, e em outubro de 2015, ocorreu o ingresso de mais um empreendimento na fase de pré-incubação, com objetivo de constituir uma cooperativa, a Cooperativa Artistas da Floresta - CAF.

Há que se registrar que houve uma fase de contato e de preparação, com reuniões e que antecedeu à participação desses grupos sociais para a seleção no Edital da ITESS, em função das parcerias já estabelecidas internamente com o time ENACTUS-CEFET/RJ, pois já atuavam na AGROPRATA e na COLÔNIA Z-13; e o projeto de extensão Turma Cidadã, que prospectou o grupo CAF, e externamente com o projeto TECNOJOVEM¹, um curso de extensão promovido pelo CEFET/RJ, em parceria com os voluntários da área de TIC da Petrobras, e que no ano de 2014, capacitou jovens que participavam do Programa Jovens Aprendiz.

Passamos então a detalhar a metodologia prevista e os empreendimentos selecionados pelas duas chamadas públicas realizadas.

¹ Sugerimos ver o pôster apresentado no 7o. CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Ouro Preto-MG, 2016, cujo título foi: O TECNOJOVEM e as oportunidades em ECOSOL para egressos do Programa Jovem Aprendiz.

Os Processos de Incubação e de Pré-incubação

Segundo o Regulamento da ITESS, a Pré-incubação é indicada quando o mesmo necessita de um período para a mobilização dos beneficiários e estruturação do empreendimento e legalização da entidade comunitária. Entendemos que a Pré-incubação é um processo eminentemente formativo e se propõe a desenvolver atividades, em interação com outros grupos pré-incubados, que permitam a troca de conhecimentos e a discussão de temas relativos ao cooperativismo e outras alternativas legais de formalização de EESs, capazes de alavancar o empreendimento e propiciar a autogestão participativa e, ainda, potencializar a mobilização do grupo. Poderá ser exercida num período de até 9 (nove) meses, prorrogáveis por mais 3 (três) meses, e se ainda, o empreendimento não se desenvolver nesse período, o mesmo será desligado da incubadora, observadas todas alternativas de sustentabilidade e superação de dificuldades do mesmo. Ao término do período da Pré-incubação e/ou por avaliação específica do CTC da ITESS, o empreendimento poderá ser aprovado ao sistema de incubação.

A indicação da incubação ocorre quando o empreendimento já possui uma entidade representativa legalizada e atuante, sendo um período que a ITESS deve fornecer assessoramento e apoio ao empreendimento, tendo um aspecto menos formativo. Poderá ser exercida num período de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses. Durante a incubação, os empreendimentos são acompanhados periodicamente, e recebem orientações para melhorar o desempenho, nos aspectos de organização interna e de posicionamento de seu produto ou serviço gerado. Para ampliar as chances de sucesso na incubação, a ITESS deverá promover a realização de visitas técnicas, buscar parceiros, auxiliar a busca de projetos para captação de recursos e ampliar a qualificação do grupo social, para um processo de melhoria contínua do EES, que leve o empreendimento à maturidade e sustentabilidade.

É ainda previsto que após o término do período de incubação, se o empreendimento for avaliado positivamente, alcançando a sustentabilidade para se manter independente, o mesmo será GRADUADO na ITESS e será parceiro da Incubadora do CEFET/RJ, no mínimo, por período idêntico ao que permaneceu incubado.

O atendimento às necessidades dos empreendimentos incubados e pré-incubados estará sempre limitado às capacidades de recursos humanos e financeiros da ITESS, esgotadas todas as possibilidades de obtenção de novos recursos institucionais ou externos.

Os EESs da ITES

a) Associação de agricultores do Rio da Prata - AGROPRATA

O empreendimento incubado AGROPRATA faz parte de uma comunidade do bairro de Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, vinculado à Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata - AGROPRATA, onde suas maiores fontes de produção são a banana e o caqui. Alguns agricultores já estavam com uma produção inovadora, o vinagre de caqui, a partir da grande quantidade de caqui perdido, no transporte e, também por não ter sido colhido a tempo de sua comercialização, por falta de mão de obra para a colheita. Estes agricultores que produzem o vinagre de caqui o fazem de forma individual, empírica e sem uma padronização, e em alguns casos até avaliam que sua produção não ficou boa e desperdiçam, jogam fora o que produziram, pois não estão seguros da qualidade do produto. Algumas vezes o vinagre de caqui foi vendido nas barracas do Circuito de Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro e na Feira Orgânica do Rio da Prata tendo uma boa aceitação, por ser um produto orgânico e artesanal, de sabor suave e pouco visto no mercado. Porém, não possuindo qualificação para comercialização, eles foram proibidos de realizar venda nas feiras.

A AGROPRATA, quando ingressou na Incubadora, tinha um grupo social estruturado, com uma entidade representativa legalizada e atuante, mas para o desenvolvimento de um novo produto, com a chancela da Associação, o Vinagre de Caqui, necessitava de um grupo coeso para a padronização do produto. Logo, há uma mudança do paradigma da competição para o da cooperação e da inteligência coletiva, livre e partilhada, desenvolvendo uma atividade econômica de produção e de comercialização baseada na cooperação e na autogestão, a partir de valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, e da preservação ambiental e dos direitos humanos e, dentro de parâmetros técnicos confiáveis. É este caminho que trilhamos juntos, e para assessorar tecnicamente o produto – Vinagre de Caqui, contamos ainda com a parceira de docentes da área de alimentos do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, que já promovem capacitações. Nossa expectativa é poder obter, já em 2017, um vinagre qualificado, com condições de comercialização.

Temos ainda a pretensão de cumprir os requisitos necessários à obtenção da qualificação de Produto de Indicação Geográfica, conforme as normas exigidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, isto é, no popular, obter um produto registrado De Origem Controlada - um Vinagre de Caqui DOC.

Talvez esse seja um novo desafio e um novo projeto junto à AGROPRATA, pois obviamente sabemos da rigidez existentes nos controles de produção para a obtenção de certificação específica de um produto da área de alimentos.

Seguem abaixo nas imagens 1 e 2 registros de atividades realizadas na AGROPRATA.



Imagem 1: Agricultores da Agroprata comercializando seus produtos na Feira Orgânica do Rio da Prata.



Imagem 2: Capacitação sobre vinagre de caqui, realizada em parceria com professores da IFRJ.

b) CARAVELA

O empreendimento incubado CARAVELA foi aprovado pois trazia uma Colônia de Pescadores, de natureza de pesca artesanal, a Colônia Z-13, que atua na orla marítima que vai do Leme até o Recreio dos Bandeirantes, com sede no Posto 6, no bairro de Copacabana, no município do Rio de Janeiro. Essa colônia funciona desde o século XIX e foi legalmente reconhecida em 1923. Ela possui um papel histórico no local, faz todo ano uma celebração à São Pedro, padroeiro dos pescadores, e em função da localização privilegiada, sofre há anos sérios assédios que tentam desarticular e retirar a sede da Z-13 de seu lugar centenário.

O time ENACTUS-CEFET/RJ buscava desenvolver melhores práticas de comercialização e de preparação e o beneficiamento do pescado, e apresentou um desafio para o desenvolvimento de um equipamento, que poderia representar uma tecnologia social replicável em diversas outras colônias de pesca artesanal do Rio de Janeiro. O equipamento devia ser projetado para realizar o beneficiamento em pequena escala, com baixo custo de operação e de fácil limpeza e manutenção, já que os existentes são máquinas para grandes quantidades e de alto custo.

A Z-13 possui uma feira que ocorre diariamente, na qual os pescadores vendem seus produtos

frescos para o público do local. Nela, os consumidores estão em contato direto com os pescadores e muitas vezes, no processo de compra, pedem para que algumas partes sejam descartadas. Para solucionar esse desperdício, a ideia era criar um equipamento que pudesse processar essa matéria prima e gerar uma renda maior para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores. Além disso, seria automaticamente uma forma de atuar na esfera ambiental, já que tais restos não seriam descartados, mas sim aproveitados.

No desenvolvimento do projeto, se constataram dificuldades que inviabilizaram a continuação do processo de incubação. Um grupo de estudos composto de alunos e professores chegou à conclusão da inviabilidade técnica do projeto e questões inerentes ao grupo bloquearam inclusive as atividades propostas também pelo time ENACTUS.

Uma dessas questões, e a de maior relevância, foi o não contato direto com a comunidade de pescadores. Havia o contato com diretores e alguns associados da Z-13, porém sempre justificavam e informavam a impossibilidade de reunir os pescadores para tratar do projeto, demonstrando assim o não cumprimento de uma condição básica de participação na ITESS. Sem a capacidade de mobilização da comunidade e comprometimento com o desenvolvimento social-comunitário, já que é essencial estar junto, inserido na realidade para a promoção das mudanças necessárias, não há como ter processo de incubação em ECOSOL.

Outro aspecto, ainda relativo à questão técnica, está relacionado à área de alimentos. Conhecimentos indispensáveis na determinação da qualidade, na definição das informações nutricionais do produto final e quanto às normas de higienização de materiais e instalações, já que o objetivo era obter um derivado comestível, sem a participação comunitária, não seria possível estabelecer parcerias que pudessem superar esses desafios.

c) Produtora Colaborativa Visual Up - VUP

O empreendimento pré-incubado – Produtora Colaborativa VISUAL UP – VUP era formado por um grupo inicial de 14 (quatorze) jovens, que em sua maioria se conheceram no Programa Petrobras Jovem Aprendiz (PPJA) e cursaram o projeto TECNOJOVEM oferecido pela Petrobras, em parceria com o CEFET/RJ, como citado anteriormente. A partir desta capacitação, inclusive tiveram um módulo sobre ECOSOL e de gestão de empreendimentos da ECOSOL, estes jovens passaram a fazer cobertura fotográfica de eventos, registros fotográficos de grupos que trabalham com a ECOSOL e de seus produtos, produção de vídeo/teaser da campanha de responsabilidade social da Petrobras, desenvolvimento de software em Python; instalação e apresentação de softwares

livres na Petrobras S.A., no SINDIPETRO e criação de jogos educacionais em Scratch, aprendendo novas oportunidades e experiências. Com o recurso do PRONINC, receberam assessoramento para estabelecer no grupo a metodologia de formação de Produtora Colaborativa e utilizaram a plataforma CORAIS. E, durante todo o período da pré-incubação, a equipe da ITESS tentou criar as condições de mobilização e coesão do grupo, porém o grupo não avançou e apresentou muitas dificuldades para encontros presenciais ou mesmo virtuais *on line*, e mais uma vez detectamos a falta de disponibilização de tempo de dedicação e comprometimento com o desenvolvimento do projeto VISUAL UP, o que provocou sua desincubação.

d) Cooperativa dos Artistas da Floresta - CAF

O empreendimento pré-incubado CAF foi apresentado por docente e alunos do projeto de extensão Turma Cidadã, que apresentava um grupo social de moradores do bairro Alto da Boa Vista da Tijuca, mas especificamente, da comunidade Maracaí, e com extensões periféricas, atingindo mais 4 (quatro) comunidades, que podem ser agregadas ao processo de desenvolvimento e criação da cooperativa.

O grupo social, composto inicialmente de 6 (seis) pessoas, quer promover o empreendedorismo social e solidário, através desenvolvimento e fortalecimento dessas comunidades com a geração de produtos e serviços que tenham características oriundas da Floresta da Tijuca.

A ITESS promove encontros periódicos com o grupo, trabalhando na sensibilização e mobilização das pessoas e desenvolvendo ações conjuntas e participativas de estruturação do empreendimento e dos caminhos possíveis para a legalização da uma entidade comunitária no âmbito da ECOSOL. O empreendimento recebeu recursos financeiros do PRONINC para assessoramento jurídico, com vistas à definição da entidade a ser criada e vem se apropriando das vocações locais para o desenvolvimento de artesanato e de alguns produtos alimentícios, porém ainda não identificamos uma linha específica que possa unir os esforços, pois as habilidades e competências individuais ainda prevalecem no grupo.



Imagem 3: Empreendedores da Cooperativa de Artistas da Floresta.

Se olharmos o Regulamento da ITESS, em outubro de 2016 o empreendimento pré-incubado CAF já devia ter alcançado a fase de incubação, mas analisando seu desenvolvimento, acreditamos ser necessário um período mais longo do que o regulamentar previsto, dada a fase ainda de mobilização e criação dos elos de coesão. Dessa forma, confirmamos na prática que a ECOSOL é uma construção coletiva, e se depende das pessoas, o tempo cronológico nem sempre corresponderá ao tempo necessário de fornecimento das bases para consolidar o empreendimento. Precisamos ter a clareza de apoiar e estimular essa criação, independente de termos um "relógio" nos pressionando.

O estabelecimento de períodos definidos para os processos de pré-incubação e incubação foram pensados visando o não desperdício de recursos públicos, pois estamos numa incubadora que terá a manutenção de sua operação custeada, em princípio, pelo CEFET/RJ. No entanto, temos que permanecer coerentes com nossa proposta de desenvolvimento de EESs, a capacidade de analisar contextos sociais existentes é fundamental para manter nossas bases conceituais e não se deixar envolver por índices de produtividade tão exigidos na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo à base metodológica da ITESS, seguimos em consonância com a Pedagogia da Participação, para nortear a incubação de empreendimentos solidários - EES, como proposta por Nunes (2009) a partir da consideração de quatro elementos: a) a pedagogia do oprimido de Freire; b) a concepção de intelectual orgânico de Gramsci; c) a ideia de comunicação de intercompreensão de Habermas e d) o conceito de busca de reconhecimento de Todorov.

Usando essa lógica, buscamos enxergar a equipe de incubação como um coletivo de educadores populares, que, na interação dialógica, não hierarquizada, com os membros do EES (reconhecidos como sujeitos ativos), contribuem para que estes alcancem uma consciência crítica do lugar que ocupam na sociedade, dos processos que os colocam neste lugar e, finalmente, dos meios através dos quais o empreendimento e a participação no movimento de economia solidária podem garantir (a) a superação do quadro de pobreza e, (b) em um plano mais geral, a construção do "outro mundo possível".

Iniciamos 2017 com apenas dois empreendimentos na ITESS, a AGROPRATA (incubação) e o CAF (pré-incubação).

Devemos tentar ampliar nossa capacidade de atendimento à demanda da ECOSOL no Rio de Janeiro, pois participamos, ainda que de forma não oficial, dos Fóruns Municipal e Estadual da ECOSOL e vemos nitidamente que esforços são necessários para aumentar o apoio a esses empreendimentos no âmbito local e regional.

Prevemos, para o segundo semestre, um novo edital para o ingresso de mais dois projetos e, conforme discussões em nossas reuniões de equipe, entendemos que nossa vocação estaria mais aproximada em admitir empreendimentos para a fase de incubação, segundo nossos critérios, apoiar entidades já formalizadas, pois fica claro nessas interações externas que os EESs existentes carecem de apoio para ampliação de suas capacidades e competências.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**. A formação do ser humano integral: economia solidária,

desenvolvimento e o futuro do trabalho. Vozes, 2006.

_____, Marcos. Educação, economia do amor e as nove dimensões do FIB. **Massa Crítica**, n. 47, 2010. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/massa_cr_tica_47_pacs_marcos_arruda-1.pdf>. Acesso em 26 de jan. de 2017.

_____, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, p. 232-241, 2003.

BRASIL. **Decreto no 5.811, de 21 de junho de 2006**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm>. Acesso em 11 de jan. de 2017.

CANÇADO, Airton C.; CANÇADO, Anne C. M. G. A Construção da Autogestão em Empreendimentos da Economia Solidária: uma abordagem baseada em Paulo Freire. **REGES-Revista Eletrônica de Gestão, Jaguariáiva**, v. 2, n. 2, p. 56-72, 2009.

COSTA, Bianca A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 02, n. 02, p. 17-34, 2013.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. **Edital DIREX/ITESS - nº 04/2014** - Edital para ingresso no programa da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis Proin/Itess - Cefet/RJ. Rio de Janeiro, 2014.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. **Edital DIREX/ITESS - nº 05/2015** - Edital para ingresso no programa da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis Proin/Itess - Cefet/RJ. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/475/EDITAL%20ITESS_2014_2015-2aChamada-01VAGA%20.pdf>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

GALLO, Zildo; MARTINS, Lilia A. de Toledo Piza; PERES, Maria Thereza Miguel. Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba. **Revista da FAE**, Curitiba, v.8, n.1, p.39-50, 2005. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/rev_fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_04.pdf>. Acesso em 15 de jan. de 2017

NUNES, Débora. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da**

participação. São Paulo: Annablume, 2009.

QUINTELA, Sandra; ARRUDA, Marcos. Economia a partir do coração. In: SINGER, Paul; DE SOUZA, André R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, p. 317-32, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; DE SOUZA, André R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Editora Contexto, p. 11-28, 2000.

_____, Paul. Economia solidária. **Estud. avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso em 11 de jan de 2017.